

Gustavo Souza Santos
Andréa Nogueira do Amaral Ferreira
Diogo Pataro dos Santos

Subjetividades e espacialidades confinadas

reflexões sobre o espaço do lar
e o espaço da cidade no cotidiano pandêmico

Resumo

Os fluxos urbanos deram lugar a rotinas domésticas. Os ritmos do espaço público cederam às atividades remotas. O cotidiano se tornou mais enclausurado, com distâncias calculadas e isolamento regulamentado. A pandemia de covid-19 reorganizou todos os âmbitos de produção da vida, exercendo influência sobre os modus operandi e vivendi realizados nos espaços públicos, privados e residenciais. Outras experiências emergiram, e nelas novas espacialidades pandêmicas. Propõe-se aqui refletir as subjetividades, imaginários e espacialidades do cotidiano pandêmico, considerando sua relação com a produção de novas espacialidades entre os espaços do lar e da cidade, articulando suas implicações contextuais atuais e projeções futuras.

Pandemia

Espaço

Cidade

Covid-19

Cotidiano

Abstract

Urban flows gave way to domestic routines. The rhythms of public space gave way to remote activities. Everyday life has become more enclosed, with calculated distances and regulated isolation. The COVID-19 pandemic reorganized all areas of life production, influencing the modus operandi and vivendi in public, private and residential spaces. Other experiences emerged and in them, new pandemic spatialities. It is proposed here to reflect the subjectivities, imaginary and spatialities of the pandemic daily life, considering its relation with the production of new spatialities between home and city spaces, articulating its current contextual implications and future projections.

Pandemic

Space

City

Covid-19

Quotidian

INTRODUÇÃO

O lastro da pandemia é multidimensional. E, nessa premissa, a referência não se dá apenas nos campos sanitário, de saúde pública e da economia. Com as alterações dos fluxos e ritmos corriqueiros, a produção cotidiana da vida foi modificada, provocada. Macroestruturas são denominadores visíveis como mortes, crises do sistema de saúde, desemprego e retração econômica.

Todavia, microestruturas operam um significado bastante importante na realidade "covidica"¹. A desarticulação do espaço como operação de fluxos, entre ações e fixos pela recomendação de isolamento social, subjacente à hostilidade viária viral provoca tessituras que impactam os modos de se produzir o eu. E no eu, o cotidiano e suas espacialidades.

O espaço da casa torna-se um núcleo exclusivo de agregação e recontextualização das atividades ordinárias. O lar torna-se simultaneamente intercurso jurídico no qual repousa a privacidade e o beneplácito fundamental das recomendações dos organismos de saúde e das autoridades em diversas instâncias, bem como a opinião pública – ou parte dela.

Em outro campo, o espaço público torna-se provisoriamente – porquanto durem o status pandêmico ou flexibilizem as recomendações governamentais e de opinião pública – uma arena hostil. A possibilidade de contato e o intercurso produtivo criam ambiências de risco sanitários transmissíveis. Em outro polo, o uso imoderado da frequência a espaços públicos passa a representar uma postura política temerária e moralmente im procedente.

Por certo que a capilaridade pandêmica inaugurou modalidades provisórias de produção do cotidiano, intensificadas pelo isolamento social, protocolos de segurança e, sobretudo, pela mediação simbólica pervasiva. As narrativas do dia a dia se imbricam pelas narrativas dos *media* – seja por veículos, governança ou nas redes, por usuários comuns – criando uma odisseia vertiginosa de perceber a corporeidade e a espacialidade dentro de si, dentro de casa, fora de si e fora de casa.

Desvela-se um quadro em que os objetos espaciais são interpelados em sua materialidade e imaterialidade. Fixos e fluxos são remodelados, processos e estruturas ganham novos contornos, formas e funções são confrontadas em seus fundamentos. Cumpre investigar o residual pandêmico que, mesmo sem fim previsto, tem promovido espacialidades particulares.

A pandemia se define como um contexto infeccioso de dispersão e progressão alargada geograficamente. E, nesse sentido, implicações sanitárias e de saúde pública se misturam a dinâmicas socioeconômicas. Cada realidade oferece um roteiro de impactos, todavia o vilipêndio do cotidiano por um contexto temeroso é uma ligação comum. Por certo que a covid-19 designa uma pauta que, já inscrita no imaginário, tornou-se uma espécie de eixo social paradigmático.

Convém deter o olhar sobre outros processos e crises consequentes do contexto covidico. O primeiro olhar é natural: a saúde. Condutas educativas, assépticas e interventoras tornam-se capitais socio-culturais para suprir as demandas do capitalismo. Os imperativos do capital mimetizam a ordem e tornam-se camufladamente necessidades prementes, um primado.

Logo, as lógicas de mitigação, contenção e superação das adversidades sanitárias tornam-se também lógicas do capital. Os processos cotidianos, sejam afetivos, sociais ou subjetivos, tornam-se processos corporativos ou de consumo. Consome-se o cotidiano e a realidade em dissidência. Uma “nova normalidade” é apregoadada em uma publicidade que anuncia o beneplácito da manutenção das tramas do capital.

A proposta aqui delineada é refletir as subjetividades, imaginários e espacialidades do cotidiano pandêmico, a partir das reconfigurações do espaço do lar como espaço de confinamento/isolamento e o espaço da cidade como um espaço hostil/temerário, articulando suas implicações contextuais atuais e projeções futuras.

Inicialmente, reflete-se sobre as conjecturas subjetivas e de produção do cotidiano em compressão no lar, acompanhando os signos do isolamento social. A seguir, observa-se as dinâmicas que conectam o lar ao espaço público, investigando suas contingências e intermitências. Por fim, examina-se o conteúdo da produção do espaço e da produção dos sujeitos entre o lar, o espaço público e o projeto urbano.

TEMPOS E ESPAÇOS DA PANDEMIA: COTIDIANO E SUBJETIVIDADES EM (RE)PRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 foi declarada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020². O conteúdo oficioso permeou

1 As novas alocações do cotidiano na pandemia inauguram léxicos como o adjetivo “covidico” para caracterizar as propriedades vivenciais do momento. Conforme: <https://dicionario.priberam.org/cov%C3%ADdico>. Acesso em: 23 out. 2020.

2 Conforme: MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. OMS declara pandemia de coronavírus. G1, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/>

uma série de decisões multiescalares de contenção à crise sanitária deflagrada globalmente. Letras legais se tornaram marcadores contingenciais para impedir o avanço da crise sanitária cujo espelhamento social, econômico, político e cotidiano já era possível de ser calculado.

A recomendação de isolamento social ou *lockdown*, bem como restrições às atividades ordinárias, inaugurou um estado particular de enfrentamento de um fenômeno global, uma espécie de supressão do ordinário, capaz de manter a subjetividade em flutuação. O cotidiano produzido na liberdade do ir e vir deveria agora ser assegurado pela emergência de uma espécie de estado temporário-perene, no qual a clausura era a resposta primária.

As instâncias de isolamento e distanciamento social logo se fizeram presentes no léxico e no imaginário como medidas de contenção da difusão da infecção, mesmo que a temporalidade intrincada nessa medida não fosse conhecida. O estado no qual os sujeitos se viram era de uma contenção temporária, no qual essa limitação de prazo se tornou uma espécie de hipoteca do tempo.

A parcelas, a vida cotidiana se ajustou a novos modos de transmutar o ordinário. As atividades de trabalho ganharam o emblema estetizado do *home office*. Os estudos se tornaram remotos. As operações telemáticas ganharam força e pujança. O corpo se desterritorializou para dentro do lar, sua sede segura, sua delimitação para o ordinário.

Nessa perspectiva, a noção espacial da cidade, marcada pelo afluxo e influxo de pessoas, objetos, informações e suas relações, tem sua experiência marcada por uma nova forma prática de concepção: a interrupção de sua mobilidade operatória. O que anima a cidade e permite sua concepção como um ente dinamizado e marcado por múltiplas conjunções, como discutiu Certeau (2013), é deslocado.

Nessa perspectiva:

A eficiência dos comércios, dos serviços, da segurança dos pedestres que compram e vendem produtos, as propagandas, as ofertas, os anúncios estão articulados numa lógica de maior rapidez e facilidade no plano ideal das trocas simétricas. Neste contexto, a rua, especificamente no que se refere ao imaginário ameaçador que se opõe ao universo doméstico e sedentário (Magni, 2006), reforça a circulação, o meio da passagem, do trânsito de cidadãos no cumprimento de suas funções diárias.

Mesmo os locais de lazer apresentam suas arquiteturas a partir da transitoriedade (LEMÕES, 2019, p. 3)

A coreografia cotidiana³ do corpo que nos trajetos diários se movimentava pelas vias caminháveis, pelas pistas nos transportes particulares ou públicos, teve seu trânsito contido. Tão somente é plausível o trânsito dos influxos digitais. Essa supressão criou novas acepções de percepção de si e das experiências do fazer cotidiano.

Conquanto as medidas restritivas ofereçam a consonância cognitiva dos pressupostos e diretivas para o combate à pandemia, a dissonância surge na medida em que o corpo se vê na limitação de seus espaços e tempos, sujeito a uma nova disciplina que o aflige ou constrange a uma rotina particularmente nova.

A novidade é aditivada por dois fatores. O primeiro se dá no prazer do desencaixe dos hábitos que, ao quebrar a rotina, introjeta certo proveito do dia a dia. Em novas rotinas, os sujeitos podem encontrar certo deleite em itinerários renovados. Todavia, o segundo fator é o caráter do prazo temporário que não conhece um fim certo, o que transforma essa condição em uma pressão-prisão do cotidiano.

A campanha sanitária estabelece diretrizes coordenadas cujo beneplácito está na preservação da saúde coletiva, na medida em que mensagens realistas e conscientes são disseminadas. Mas as retóricas biopolíticas e neoliberais injetam uma medida estetizada de contemplação da realidade, em vez de seu enfrentamento factual (BEIGUELMAN, 2020).

Ao sabor das torrentes de informações, surge o esteio covídico com seus espaços e tempos. O descompasso e a intempérie espaçotemporais são suas medidas características (CARLOS, 2020). Na limitação do corpo e de sua circulação, emerge a necessidade de uma reeducação do tempo. E, nela, o confinamento interpola o lastro subjetivo, sendo o isolamento sua linguagem e lugar.

No isolamento como lastro pandêmico, a subjetividade enclausurada é assolada pelo peso do curso do tempo que se esgueira em uma medida supracronológica. Isto é, embora os trâmites da vida sigam sua contagem, uma espera agonizante pelo fim dos males atuais origina um movimento pendular que ora acelera, ora atrasa a percepção dos sujeitos.

Sustenta-se uma subjetividade e uma cotidianidade confinadas que passam a qualificar o conteúdo do dia a dia. O território da subjetividade que rescindiu seus limites neste contexto não encontrou espaço ou

noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus. ghtml. Acesso em: 29 mar. 2022.

3 Com base nos estudos de Jacques (2006) e Nascimento (2016).

condições de se reterritorializar. Nessa desterritorialização da subjetividade pandêmica e deste novo corpo-território covídico, a contenção contumaz é sua condição substancial (HAESBAERT, 2002, 2020).

Na supressão do cotidiano eclode a suspensão do encaixe do espaço e do tempo como linguagens moduladoras da percepção dos fluxos e da construção das trajetórias pessoais. Em parte, essa suspensão se deve à ruptura abrupta nos primeiros momentos pandêmicos do cotidiano produtivo, marcado pelas relações de trabalho e pela narrativa neoliberal de produção que rege a disciplina do dia a dia.

Todavia, na medida em que as atividades diárias se ajustaram e se adaptaram a formatos remotos e/ou híbridos, a percepção dos ciclos temporais e da relação com os espaços foi aglutinada a uma percepção de desencaixe de si. Isto é, embora o isolamento faça supor certa seguridade, a espacialidade confinada aciona um imaginário de acirramento de afetos, aguçados pelo círculo midiático e trâmites factuais.

Ora, a pandemia e seu enfrentamento acabam por se tornar objeto de superação. Superação que restauraria o estado natural ou minimamente regular das condições de produção da vida. Nesse sentido, a ambientação da existência é construída por meio de espaços e tempos de provisoriedade e de expectativa. Portanto, ajusta-se o cotidiano de modo aspiracional.

DO ESPAÇO-LUGAR DO LAR À CIDADE NO LAR: PLATITUDES URBANAS PANDÊMICAS E O RESIDUAL "COVÍDICO"

Os tempos tornaram-se subversivos. O ensejo pelo futuro implica uma situação de suspensão. O presente flutua como resistência a outros contextos epidêmicos: a torrente de informações (factuais e falseadas), de afetos (temor, compressão e aceitação) e de direcionamentos sociais (práticas, etiquetas e confinamento). O enfrentamento da realidade torna-se um enfrentamento do tempo, um rogo pelo anacronismo, de modo que a temporalidade não seja tanto mais pungente.

Os espaços se dividem em dois: o espaço hostil, verificado nas vias públicas e seus riscos contagiosos, e o espaço do confinamento, da segurança residencial e dos custos subjetivos dos processos mais gerais e intersubjetivos da realidade pandêmica. O espaço residencial torna-se o contingente do cotidiano com a desmaterialização das funções ou sua paralisação completa. O espaço público torna-se hostil na medida em que frequentá-lo é um dilema moral de asseio do isolamento plausível versus o perigo

contratualizado assumido.

Há uma disjunção das unidades espaciais nas quais os sujeitos produzem sua realidade cotidiana. O lar é, fortuitamente, a cidade, e a cidade é, sob demanda, o lar em exercício:

A casa, que era invadida de cima para baixo pelo tempo produtivo, tornou-se ela própria o lugar desta produção. Se o tempo da valorização dominava as relações sociais com sua lógica moldando o comportamento de fora para dentro, agora ele ultrapassou o limiar da porta da morada, invadindo-a, literalmente. O espaço doméstico é, hoje, cada vez mais o ateliê onde o habitante vai transformando todos os momentos da vida privada em “trabalho em ação”. [...] A síntese das atividades realizadas num único lugar se implanta revolucionando a forma de viver e usar o espaço-tempo da vida doméstica. Isso não se explica apenas pela pandemia, mas pelo modo com o qual o setor econômico se aproveita desse momento crítico para subsumi-lo à lógica do lucro, estendendo o tempo da jornada de trabalho já que o trabalhador fica disponível em casa. [...] Neste movimento, a vida urbana do confinamento vai fortalecendo a construção de uma identidade abstrata – marcada pela sociedade de consumo – através de um modelo manipulador que reorganiza as relações sociais direcionadas pelo consumo dos signos e do espetáculo que dão sustentação à urbanidade, sob o capitalismo, fundada no desenvolvimento do individualismo pontuado pela competitividade que ilumina a ética do “cada um por si”. Portanto, esse processo – que se realiza como norma – invade o espaço privado, sem, no entanto, recriar identidades ou “pertencimentos” reais (CARLOS, 2020, p. 12-13).

O cotidiano é atravessado por intempéries e descompassos espaçotemporais (CARLOS, 2020). A redução dos espaços cria novas ambiências. O lugar do confinamento é um lastro subjetivo. Nele, impõe-se o peso dos fatos e da espera pela mitigação dos males em curso. Constrói-se ainda a subjetividade e a cotidianidade confinada que reinventa práticas diárias. A subjetividade comprimida pelo confinamento é que dá o conteúdo que qualifica as vivências do dia a dia.

A cotidianidade na pandemia é também um espaço de desejos. Aspira-se verter as energias vitais na construção de uma realidade sustentável subjetivamente. E essa aspiração não se dá sem um exercício de realocação da memória. Experiências do passado são revisitadas para fornecer motivação para os esforços presentes que, por sua vez, criam por imagens

mentais expectativas futuras.

Essas imagens têm flexões distintas entre pessoas, localizações e histórias. Contudo, são integradas por um mesmo sentimento que traz respiro ao cotidiano comprimido. Essas imagens criadas produzem visões construtivas de uma realidade futura, benfazeja. Criativa, tal imaginação sustenta desejos que fazem com que sentidos se combinem para criar um espaço-lugar.

O espaço-lugar pandêmico abriga o alívio da superação dos transtornos, a satisfação pelo retorno a experiências compatíveis ao passado recente, os questionamentos sobre os significados de todo esse processo que é humano e a socialidade do afeto, da informação e das práticas-desejo dos outros. Desvela-se um enfrentamento utópico.

Por certo que as utopias alimentam e sedimentam práticas e relações sociais (SANTOS; PEREIRA, 2019). Entendidas como construções imaginadas da realidade produzidas a partir de análises sobre um status atual, insatisfatório, e que questionado pode se transformar por meio de direções alternativas (SARGISSON, 2012). Em tempos de covid-19, aspira-se não apenas a supressão da pandemia e de suas consequências diretas, mas anela-se um mundo adjetivado por uma "normalidade" paradigmática social, econômica e politicamente.

Na esteira das utopias pandêmicas escondem-se estratégias de manutenção de poder ou de ampliação do ensejo de tolerância pela precariedade exposta pela crise de crises. O anúncio de um "novo normal" representa uma revolução vazia, mais atrelada a uma lógica de atomização política e apagamento do conflito pela estetização do consumo.

Como destaca Carlos (2020, p. 11):

Dominando pelo alto o cotidiano, encontramos um governo profundamente autoritário construindo alianças com determinados setores políticos, militares e econômicos capazes de lhe dar sustentação. É assim que as ações do presidente na porta do palácio ou passeando pelas ruas – quando a OMS receita o isolamento social para conter a propagação do vírus evitando mortes - pedem o fim do isolamento para movimentar a economia e empregos, ao mesmo tempo em que luta contra as instituições democráticas do país. O tempo da vida invadida pela troca, fortemente planejado, burocratizado e rigidamente controlado, se realiza hoje pelo discurso da liberdade de ir e vir, escancara a lógica neoliberal que deve se realizar contra o social. Uma lógica que reúne os interesses particulares e os interesses políticos, entre os que decidem em nome do

privado e os que decidem em nome das instâncias superiores dos poderes. Neste plano, estabelece-se uma inversão importante: o esquecimento e a manipulação da coisa pública em proveito do privado, ao mesmo tempo em que restaura as condições da acumulação. A crise urbana vai revelar também o *déficit* de democracia vivido e, nesta situação crítica, a pandemia caminha a passos ligeiros.

Desse modo, mesmo a utopia delineada nesse cenário está sob suspeita. A movimentação de instituições e outros agentes do poder fazem com que a distopia em curso seja disfarçada por recursos estetizados e promessas intermitentes. No deflagrar de um contexto de saúde pública acabam flagelados outros contextos em que as cidades brasileiras têm de conviver.

Os jogos da política econômica, os impactos sobre as famílias, a regressão de direitos, a manutenção de estratégias dominantes, a precarização do trabalho, o reforço do consumo como lógica salvadora, a corrida pela vacina, aspectos que povoam o imaginário e suspendem a potência dos sujeitos enquanto o lar é o ocaso de sua vida.

Da construção contextual e intersubjetiva da pandemia e da (re)criação de espacialidades nesse processo, emergem as imagens de interpretação do tempo:

O debate sobre o covid-19 tem sido realizado através do comportamento dos dados: número de infectados, de mortos, número de leitos no sistema de saúde. Sentindo a necessidade de dar rostos a esses números, jornais escritos e falados têm postado fotos dos mortos. Mas ainda é pouco. Os rostos da crise não são, assim, tão literais e as fotos tentam criar empatia ao isolamento, humanizando uma sociedade individualista que vive sob o signo do "hedonismo de massa" (CARLOS, 2020, p. 11).

Nesse contexto pandêmico nascem as contraditoriedades do fazer cidade, que para Adier (2011) se desloca para o sujeito e não para o objeto. O sujeito como protagonista do movimento de construir os processos cidadãos, mas que foram transferidos – ou contidos – para o espaço do lar. Desloca-se do significante da crise a própria vitalidade da cidade, alimentando-se do espetáculo trágico.

O cenário forçoso – e essencial – de isolamento social, a conjuntura cotidiana das medidas sanitárias e a trama simbólica da pandemia levou os sujeitos a uma vivência da cidade em microescala. Nasce uma inversão, ainda que provisória e imperfeita, em que

a cidade passou a ser o próprio lar. A casa e outros pontos de circulação mais isolados, como o trabalho, passaram a ser as cidades, o que as tornam microscópicas no olhar do sujeito.

Os movimentos da cidade foram transferidos para dentro da casa, surgindo assim uma espécie de cidadania doméstica e também domesticada. A casa tornou-se o espaço de trabalho, de lazer, o espaço de sociabilidade e de consumo de informações. As disputas patentes na economia dos fluxos urbanos escapam ao olhar e às vivências, atomizando a noção do sujeito como ator, portanto, cidadão.

Essa domesticação de sua ação decorre desse movimento de permanência e enclausuramento, alicerçado pelas políticas sanitárias, porém apropriado por uma lógica de naturalização da precariedade, na medida em que projetos de poder continuam a se reproduzir e a ter a sua manutenção assegurada.

O lar é atomizado pela experiência da cidade já marcada por contradições, implode em sua própria imagem estetizada de “novo normal”. A normalidade apreendida é um elemento constitutivo de uma trama que sucateia as relações da/cidade e o indivíduo, barganhando o estado crítico por um discurso desenvolvimentista.

Como Carlos (2020, p. 11) discorre, o cotidiano é atordoado e vilipendiado pela inversão de suas dinâmicas e na objetificação das necessidades dos indivíduos e na potência e funcionalidade dos espaços – lar, cidade, o privado e o público. Como o espaço da cidade, e conseqüentemente o lar, é um espaço de desejos, visto que a dinâmica produtiva desses tempos marca o consumo como uma moeda sociocultural e uma forma subjetiva de produção de sujeitos (BAUDRILLARD, 1995; CANCLINI, 2006; BAUMAN, 2008), as necessidades cristalizadas no cotidiano ainda têm vazão, tornando-se intermitências urbanas.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares,

situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEIGUELMAN, G. A pandemia das imagens: retóricas visuais e biopolíticas do mundo covídico. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 549-563, set. 2020.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARLOS, A, F. A. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, A, F. A. (org.). **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH, 2020. p. 10-17.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Vol. 2. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOGraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, jan./abr. 2020.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, Perdizes, n. 19, p. 73-89, jul./dez. 2012.

JACQUES, P. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, H.; JACQUES, P. **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi: Nebli, 2016.

LEMÓES, T. A cidade subvertida: vínculos, negociações e reinvenções urbanas. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 24, 2019.

MAGNI, C. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

NASCIMENTO, S. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 19, p. 1-13, 2016. ■

Gustavo Souza Santos é doutor em Desenvolvimento Social (Unimontes). Mestre em Geografia (Unimontes). Publicitário (UNIFIPMoc). Geógrafo (UNIFRAN). Professor do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). gustavo.ccpv@gmail.com

Andréa Nogueira do Amaral Ferreira é doutoranda em Desenvolvimento Social (Unimontes). Mestre em Letras/Estudos Literários (Unimontes). Coordenadora e professora do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). deiamaral1@hotmail.com

Diogo Pataro dos Santos é mestre em Desenvolvimento Social (Unimontes). Psicólogo judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. dgpataro@yahoo.com.br